

Desarquivada a CPI das empreiteiras

Em resposta a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, José Sarney, determinou o desarquivamento da CPI das empreiteiras, que não chegou a ser constituída porque o PFL e o PSDB deixaram de indicar seus representantes. A Mesa Diretora está encaminhando aos líderes ofícios solicitando nova indicação de senadores para integrarem a comissão, de acordo com os critérios de proporcionalidade.

No mesmo despacho em que concedeu o desarquivamento, Sarney informou estar enviando sua decisão, sem efeito suspensivo, ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Isso quer dizer que a CPI pode funcionar de imediato, não sendo necessário aguardar o pronunciamento da CCJ para dar início a seus trabalhos.

O arquivamento da CPI, com fundamento no art. 76, item III, parágrafo 4º, do Regimento Interno do Senado, foi determinado em 15 de dezembro passado. A CPI tinha sido criada em 24 de março de 1995, e indicaram representantes o PMDB, PDT, PP, PTB, PPR e PT. O recurso de Simon foi encaminhado à Mesa no dia 8 de março deste ano.



No plenário, senadores de diferentes partidos manifestaram apoio ao presidente do Senado

Partidos são chamados a indicar membros da CPI

Na interpretação do presidente do Senado, a própria comissão é que deve decidir se pode funcionar sem a totalidade dos integrantes

Comissão rejeita projeto que acaba com imposto sindical

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), rejeitou ontem parecer da senadora Marina Silva (PT-AC) favorável a projeto oriundo da Câmara que extingue a contribuição sindical. A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) apresentou, e foi aprovado pela comissão, voto em separado contrário ao projeto. A matéria será apreciada agora pelo plenário do Senado.

A relatora ainda modificou seu parecer inicial que previa a imediata extinção da contribuição sindical, estendendo-a por mais três anos. No entanto, baseados no argumento de que o fim do imposto enfraqueceria seriamente a estrutura sindical do país, a maioria dos

senadores votou contra.

O senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) chegou a fazer um apelo no início da reunião para que o PT retirasse o parecer. Marina Silva e o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), contra-argumentaram.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) votou a favor da permanência da contribuição, mas propôs que o Congresso adote uma medida no sentido de fazer com que os recursos do imposto sindical passem a ser fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União.

Também participaram da discussão os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Bello Parga (PFL-MA), Marluce Pinto (PMDB-RR), Osmar Dias (PSDB-PR) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Em cumprimento ao Regimento, o presidente do Senado, José Sarney, encaminhou ofício aos líderes dos partidos para que indiquem os senadores que irão representá-los na CPI dos bancos. Depois de considerar improcedente uma questão de ordem do líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), para que ordenasse aos partidos a indicação de seus representantes na CPI em 48 horas, Sarney esclareceu que não tem poderes para instalar a comissão. "Instalar e decidir até se pode funcionar sem a totalidade dos membros compete aos integrantes indicados para a CPI", explicou. Senadores de diferentes partidos, como PFL, PMDB e PSDB, defenderam o presidente do Senado das declarações feitas pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, que integra a comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso em sua viagem ao Japão. **Páginas 3 a 6**

Plenário aprova assistência gratuita na Justiça Federal

Projeto isenta de pagamento de custas processuais os que estão demandando contra a União, desde que comprovem insuficiência de recursos. Página 7

Qualidade do transporte aéreo em debate

Senadores da Comissão de Infra-Estrutura questionam segurança e cobram melhor atendimento aos usuários e pontualidade nos vôos

A qualidade dos serviços brasileiros de transporte aéreo de passageiros e a segurança dos vôos foram os temas debatidos ontem pelos senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), a direção do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Snea) e os presidentes das maiores empresas aéreas do país.

De acordo com o senador José Agripino Maia (PFL-RN), presidente da comissão, o objetivo da audiência pública foi permitir aos senadores conhecer em maior profundidade a realidade do setor da aviação civil, debater com seus dirigentes os problemas observados no cotidiano dos usuários do transporte aéreo e avaliar iniciativas que permitam aprimorar essa atividade. Os debates foram realizados a partir de exposições do tenente-brigadeiro-do-ar João Felipe Lacerda Junior, diretor-geral do DAC, e do presidente do sindi-



Na Comissão de Infra-Estrutura, o debate sobre transporte aéreo

cato das empresas aéreas, Ramiro Tojal. O acidente com o grupo Mamonas Assassinas provocou debate sobre a segurança dos pequenos aviões.

Os senadores ouviram explicações sobre os custos das passagens e os problemas do setor e fizeram reclamações contra os atrasos dos vôos e o mau atendimento nos aeroportos.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) criticou os serviços, notadamente no atendimento dos balcões dos aeroportos e no

que toca à pontualidade dos vôos, bem como questionou o DAC a respeito da qualificação dos aparelhos e pilotos que operam táxi aéreo.

O diretor do DAC explicou que o órgão procura fiscalizar esse setor com os mesmos critérios e rigor com que acompanha a aviação comercial regular. Da frota de 10 mil pequenos aparelhos particulares e de táxi aéreo (a segunda maior do mundo, perdendo só para os EUA), destacou o brigadeiro Lacerda,

5.400 estão interditados por falhas de manutenção.

Já os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Roberto Freire (PPS-PE) levantaram questões como o valor das tarifas e a necessidade de o DAC estar vinculado a um ministério militar, recebendo esclarecimentos. Tanto o diretor do DAC quanto o presidente do sindicato apresentaram estatísticas para situar o transporte aéreo de passageiros e cargas no país como um segmento eficiente.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a próxima semana

PLENÁRIO

Terça-feira (19.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno suplementar dos "Substitutivo do Senado ao *PLC nº 137/92, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, e dá outras providências"; ao *PLC nº 116/94, que dispõe sobre bebidas; ao *PLS nº 71/93, que cria o programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; ao *PLS nº 5/95-Complementar, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595/64, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona; *PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o PLS nº 80/95); e *PLS nº 80/95, que dispõe sobre a pratinha e a liberação dos recursos provenientes do salário-educação (tramitando em conjunto com o PLS nº 79/95).

Quarta-feira (20.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversos PDLs renovando a concessão para explorar serviço de rádio; *Mensagem nº 343/95, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Jorge Santarelli Júnior, para cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Senegal, exercer as

funções de embaixador do Brasil junto à Mauritânia e Gâmbia; *Mensagem nº 117/96, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Renato Prado Guimarães, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Austrália, e cumulativamente em Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Vanuatu.

Quinta-feira (21.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos *PLCs nºs. 58/93, que dispõe sobre o reconhecimento das provas de rodeio e da profissão de peão de rodeiros; 96/94, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, e dá outras providências; e do *PLS nº 5/92, que estabelece normas para o aproveitamento econômico dos manguezais, em conformidade com o estabelecido no art. 225, § 4º, da Constituição Federal, na Lei nº 7.661/88, que institui o Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

COMISSÕES

Terça-feira (19.03.96)

10h - Comissão Mista destinada a examinar o veto ao PLC nº 29/95, que acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604/95, que regula o exercício da enfermagem profissional estabelecendo limite para a jornada de trabalho.

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A ser definida. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Líderes são convocados a indicar nomes para a CPI

Presidente do Senado informa que não tem poderes para instalar Comissão, cujo funcionamento depende de decisão dos próprios integrantes



Ademir Andrade

Ademir questiona medida que institui auxílio a bancos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que "o Congresso Nacional não deveria manter o Proer", porque, na sua opinião, o próprio governo não tem manifestado interesse em que a medida provisória que criou o programa de estímulo a fusão de bancos "seja examinada, aprovada ou rejeitada".

Após solidarizar-se com o pronunciamento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) em defesa da CPI dos Bancos, Ademir defendeu o senador José Sarney das críticas feitas por Tasso Jereissati, salientando que este ofendeu a todos os senadores e que irresponsável é o governador do Ceará.

OURO

Ademir Andrade indagou à Mesa sobre requerimento de sua autoria solicitando ao Ministério de Minas e Energia informações referentes à exploração de ouro no Pará, pela Companhia Vale do Rio Doce. Ele disse que o requerimento foi apresentado no dia 23 de janeiro, e fez uma apelo para que o ministro "cumpra suas obrigações constitucionais".

No exercício da presidência, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) esclareceu que o requerimento foi encaminhado ao ministério no dia 26 de janeiro.

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem ao plenário que, cumprindo o Regimento da Casa, encaminhou ofícios aos partidos para que indiquem os senadores que irão representá-los na CPI dos bancos. Depois de considerar improcedente uma questão de ordem do senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, para que ordenasse aos partidos a indicação de seus representantes na CPI em 48 horas, Sarney esclareceu que ele não tem poderes para instalar a CPI.

- Essa é uma decisão dos líderes dos partidos. O presidente do Senado não instala nenhuma CPI. Ele não exerce nenhuma interferência nesse processo. Instalar e decidir até se pode funcionar sem a totalidade dos membros compete aos integrantes indicados para a CPI - explicou Sarney.

A manifestação do presidente do Senado aconteceu depois que o senador José Eduardo Dutra apresentou sua questão

de ordem, alegando que o presidente poderia instalar a CPI utilizando, por analogia, o princípio adotado para o funcionamento das comissões temporárias. O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) contestou José Eduardo Dutra e lembrou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é integrante, já recebeu requerimento de Odacir Soares (PFL-RO) questionando se uma CPI pode ser instalada sem a indicação de todos seus integrantes.

Já Roberto Freire (PPS-PE) lembrou que a Constituição estabelece que CPI é um instrumento de que dispõem as minorias para fiscalização. No entanto, devido à prática existente no Senado de que uma CPI não se instala se um partido não indicar seus representantes, chegou-se à situação absurda de que tanto a maioria quanto a minoria podem impedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, bastando não indicar

seus representantes.

O vice-líder do governo Geraldo Melo (PSDB-RN), perguntou ao presidente da Mesa como ele deveria agir para desarquivar CPIs, referindo-se especificamente à CPI da CUT. José Sarney ponderou que isso é possível e informou que Geraldo Melo deve adotar o mesmo procedimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu o desarquivamento da CPI das Empreiteiras. Sarney disse que encaminhou o pedido de Simon à CCJ. Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a central sindical estará disponível para quaisquer esclarecimentos caso se instale a CPI da CUT.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de criação da CPI dos bancos, sugeriu que a comissão seja instalada na próxima terça-feira, com os senadores já indicados por alguns partidos, quando elegeira o presidente, o vice e o relator, além de promover sua primeira reunião.

Arruda: equilíbrio viabilizou mudanças

Em nome da liderança do governo no Senado, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez questão de registrar publicamente ontem que as mudanças propostas pelo governo não teriam

seido implementadas sem o equilíbrio, a sensatez, a moderação e a experiência do presidente do Senado e do Congresso, senador José Sarney. Ao fim da intervenção de Arruda, Sarney afirmou que nada tem feito além de honrar a delegação dos parlamentares e de cumprir seu



José Roberto Arruda

dever.

- Se nos países faz uma revolução democrática, não só na ordem econômica, mas na política e social, e o faz democraticamente, nos momentos mais importantes dessas mudanças pôde-se sentir a força da experiência do homem público José Sarney - afirmou Arruda.

O senador brasileiro também destacou que em poucas vezes na história política bra-

sileira o Congresso discutiu e votou tantas e tão importantes matérias em tão pouco tempo. Isto se deveu, conforme reiterou, ao apoio da população ao projeto do presidente Fernando Henrique Cardoso e às circunstâncias históricas favoráveis, que trouxeram à presidência do Congresso "um homem com a experiência pública de José Sarney". Na opinião de Arruda, o momento político brasileiro é grave, o novo projeto de país "é muito mais importante que questões menores" e a História registrará "a atuação imparcial do presidente do Congresso".

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Ronaldo lê em plenário nota do PMDB em apoio a Sarney

Documento do partido afirma que presidente do Congresso mantém conduta de defesa dos interesses permanentes do Brasil



Valmir Campelo

Valmir dá testemunho da transparência

O senador Valmir Campelo (PSDB-DF) também manifestou ontem a solidariedade de seu partido ao presidente do Senado, José Sarney, que recebeu duras críticas do governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB). O governador atacou Sarney durante entrevista concedida em Tóquio, no Japão, onde está como integrante da comitiva oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita àquele país.

"Como senador, senti-me atingido", disse Valmir, declarando-se testemunha do trabalho transparente que vem sendo conduzido pelo presidente do Senado e do Congresso.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em nome do partido, manifestou, igualmente, sua solidariedade ao presidente do Senado.

- Não serão fatos como este que irão modificar a trajetória que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente do Congresso terão que continuar trilhando para o bem do país. Desse momento cada um vai tirar lições para o fortalecimento da democracia crescente que acontece no país. Que haja um vencedor: o Brasil. Isto vai dar ao país a demonstração de que vivemos um grande momento da nossa história.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) leu ontem, em plenário, nota distribuída pelo PMDB na qual o Diretório Nacional do partido une-se às manifestações de apoio e solidariedade que o presidente José Sarney vem recebendo depois das declarações do governador do Ceará, Tasso Jereissati, no Japão.

O documento, assinado pelo presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade (CE), destaca a "honrada postura de estadista" do senador Sarney, que na presidência do Congresso Nacional mantém a mesma conduta de defesa dos interesses permanentes do Bra-



Ronaldo Cunha Lima

sil.

Ressaltando que José Sarney prestou e continua prestando os mais relevantes serviços à Nação, o PMDB, em sua nota, afirma que, ao assumir a che-

fia do Estado, o então presidente cumpriu os compromissos políticos assumidos por Tancredo Neves, cabendo-lhe, diante da história, dar legalidade a movimentos ideológicos proscritos desde 1947.

- Honrada foi, também, a sua postura de estadista, não envolvendo o governo na campanha sucessória de 1989. Presidiu o pleito com absoluta isenção e colocou todas as informações de governo à disposição de quem o sucedeu - diz o documento, no qual militantes e filiados ao PMDB reafirmam "apreço e respeito a um dos maiores brasileiros de nosso tempo".

Para Lobão, Legislativo é que foi atingido

As acusações feitas pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, foram infelizes e não atingiram a pessoa do senador José Sarney e sim o Poder Legislativo, registrou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), para

quem o presidente do Senado tem desempenhado "com excepcional brilhantismo a delegação que em boa hora lhe atribuímos".

Lobão afirmou que jamais ouviu de Sarney qualquer referência favorável ou desfavorável à criação de uma CPI do sistema financeiro, nem mesmo em conversas informais e íntimas, "como se ele preservasse a neutralidade que lhe exige o comando de um poder".

O senador considerou que,



Edison Lobão

em meio aos debates envolvendo o sistema financeiro, acabou prevalecendo, contra os fatos, a versão da imprensa, que "resolveu fixar no senador José Sarney a responsabilidade de criar os instrumentos que viabilizassem a criação da CPI".

Na opinião de Edison Lobão, as declarações do governador cearense são graves porque, além de agredirem o presidente do Senado e do Congresso, foram dadas no exterior e atingiram igualmente todos os parlamentares.

Edison Lobão defendeu que os parlamentares impeçam intrigas, mal-entendidos e acusações injustas, para não perturbar as soluções mais vantajosas ao interesse público. É esse mesmo espírito público que,

acentuou o senador, mobiliza tanto os que são favoráveis à instalação de uma CPI do sistema financeiro como os que a consideram prejudicial ao país. Sua posição, como fez questão de registrar, é de que a CPI é desnecessária e "tem todos os ingredientes para perturbar a normalidade da vida financeira e política do país".

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) também avaliou que as agressões foram desnecessárias e incompreensíveis. O senador Valmir Campelo (PTB-DF) desaprovou que um governador "faça declarações que não correspondem à verdade".

Já para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o impressionante nisso tudo é que Tasso Jereissati falou como se estivesse dirigindo-se a um subordinado seu no Ceará.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Presidente do Senado recebe solidariedade do PFL e do PC do B



Gilvam Borges

Gilvam pede informações sobre negócios de Jereissati

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou ontem à Mesa requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que o Banco Central informe ao Senado sobre o andamento das negociações referentes à venda de três fábricas da Coca-Cola de propriedade do Grupo ACSA, do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, à Refrescos Cearenses, do Grupo Tasso Jereissati.

O senador solicita ainda a relação dos bens do ex-presidente do Banco Econômico tomados indisponíveis em decorrência da intervenção do Banco Central. Gilvam indaga quais foram os critérios adotados pelo BC para autorizar a operação, tendo em vista a indisponibilidade dos bens de Calmon de Sá. O senador quer saber também que destinação terão os recursos apurados com a venda das três fábricas.

Gilvam Borges pede que o Banco Central envie ao Senado cópia de toda documentação relativa ao processo licitatório daquela operação, uma vez que, tomados indisponíveis por força da intervenção no Banco Econômico, os bens de Calmon de Sá passaram à responsabilidade da União.

O senador também apresentou requerimento para que o Tribunal de Contas da União realize uma auditoria sobre a "imminente" operação de venda das três fábricas da Coca-Cola para o Grupo Tasso Jereissati. Em sua opinião, é preciso saber se essa operação está cumprindo todos os requisitos legais, tendo em vista a indisponibilidade dos bens de Calmon e a necessidade de aplicação de processo licitatório.

Em nome da liderança do PFL, partido em que acaba de ingressar, o senador Bernardo Cabral (AM) condenou "a forma virulenta com que o presidente do Senado foi agredido pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati", e reafirmou seu entendimento de que o senador José Sarney honra e dignifica o Poder Legislativo, tendo construído uma biografia inatacável e digna apenas de elogios.

Dizendo que aquela era a opinião dos 22 senadores do PFL, Cabral registrou que é muito fácil atacar homens públicos que "agem com altivez e sem arrogância, que são gentis, mas não maneirosos e escoreggiados e que não se submetem ao contorcionismo político".

"Como é possível duvidar do comportamento de uma pessoa cujas ações se caracterizam pela ética?", indagou Bernardo Cabral, dizendo-se chocado com "tantas acusações levianas e descabidas" lançadas pelo governador Tasso Jereissati.

Em nome da liderança do



Bernardo Cabral declarou-se chocado com acusações "descabidas"

PMDB, o senador Ney Suassuna (PB) também hipotecou solidariedade ao presidente do Senado contra os ataques do governador do Ceará. Suassuna disse que é testemunha da grandeza, imparcialidade, seriedade e ponderação com que o presidente do Senado tem dirigido os trabalhos da Casa, dando espaço aos partidos pequenos e tratando cada senador como um igual.

Dizendo-se sensibilizado com as homenagens, o senador José Sarney agradeceu os elogios e afirmou que, no exercício da presidência, não tem

feito nada além de cumprir a responsabilidade a ele delegada pelos que o elegeram. Sarney lastimou que o presidente de uma instituição como o Poder Legislativo possa ser atingido por quem não participa dos trabalhos da Casa, como o governador do Ceará.

PC do B

No início da noite, o presidente José Sarney recebeu em seu gabinete a bancada do PC do B na Câmara dos Deputados, que foi prestar-lhe solidariedade e manifestar apoio à instalação da CPI do sistema financeiro.



Eduardo Suplicy

Suplicy: não cabe a Jereissati dizer o que o Congresso deve investigar

"Não cabe ao governador Tasso Jereissati dizer o que o Congresso deve investigar", afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar as declarações feitas pela governador cearense na última terça-feira, em Tóquio, onde acompanha o presidente da República em visita ao Japão.

Suplicy lamentou que o presidente Fernando Henri-

que Cardoso tenha dito que alguns setores da sociedade "só ficam olhando para trás". Para ele, "não é olhar para trás" quando 29 senadores decidem assinar um requerimento para que se investiguem fatos ocorridos recentemente e que afetam toda a sociedade. Suplicy defendeu o presidente do Senado, José Sarney, das críticas do governador Tasso Jereissati.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Valadares diz que Proer ludibria a sociedade

Para proteger rombos, governo retira reais da economia e aumenta a dívida interna, afirma senador

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sustentou ontem que afirmar que o Proer não causa nenhum transtorno ao Tesouro "é querer ludibriar a sociedade brasileira, pois é sabido que proteger esses rombos significa que o governo é obrigado, para evitar a alta dos preços, a vender títulos públicos, retirando reais da economia e aumentando a sua dívida interna".

A propósito, referiu-se à matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de quarta-



Valadares condena impunidade

feira, 13 de março, que expõe dados demonstrativos comprovando que a crise bancária provocou entre novembro de 1995 e janeiro de 1996 uma elevação da dívida da ordem de mais de R\$ 13,7 bilhões.

Valadares disse que este argumento por si prova que o

perigo de desestabilização da economia não vem da CPI do sistema financeiro, "mas sim das mazelas do sistema bancário praticadas ao longo de muitos anos, onde prevaleceram sempre a impunidade e a ocultação de fraudes". Ressaltou ainda que pode existir um conluio consolidado dentro do próprio Banco Central, possibilitando as irregularidades.

O senador Wilson Klenübing (PFL-SC), em aparte, defendeu a integridade dos funcionários de carreira do Banco Central, salientando que os servidores do banco não podem ser responsabilizados por atos praticados por diretores nomeados politicamente.



Odacir Soares

Odacir: Amazônia tem estudo sobre acesso ao Pacífico

As lideranças empresariais e políticas de Rondônia e demais estados amazônicos devem, por questão de justiça, ser ouvidas pela Comissão Interministerial instituída pelo Executivo com o objetivo de sistematizar as informações existentes sobre os corredores de transporte bioceânicos. A opinião é do senador Odacir Soares (PFL-RO), que destacou a ação pioneira dessas lideranças no esforço para a construção de uma rodovia que permitirá o acesso do país ao Pacífico.

Odacir Soares explicou que entre as dez alternativas existentes de interconexão do Brasil com o Pacífico, duas já se encontram basicamente prontas, dependendo de recursos bem menores do que poderia parecer necessário a um projeto desse porte. A rota que, segundo disse, tem a preferência dos rondonienses - via Bolívia, Chile e Peru -, é constituída por rodovias já abertas ao tráfego regular e totalmente pavimentadas nos trechos brasileiro e chileno. O trecho boliviano está parcialmente asfaltado. "Carecem tais rodovias apenas de obras de adaptação de alguns trechos às exigências do tráfego de um corredor bioceânico", garantiu o senador.

Flaviano Melo cobra medidas contra os juros altos no comércio

A adoção de medidas para coibir a cobrança de juros altos pelo comércio foi defendida pelo senador Flaviano Melo (PMDB-AC), que, com esse objetivo, encaminhou requerimento à Mesa do Senado, dirigido aos ministros do Planejamento e da Fazenda, solicitando informações sobre as providências que estão sendo tomadas para evitar que se recrie no setor "uma ciranda financeira muito particular".

Flaviano Melo considera que o processo de estabilização financeira apresenta um "sucesso notável", não se justificando, portanto, a prática de juros extorsivos, que, na sua opinião, vem ocorrendo "com uma certa conivência do Banco Central". Segundo o senador, foram os econo-

mistas do governo que "jogaram os juros para a estratosfera", sob o argumento de conter o consumo.

- Os comerciantes pegaram a idéia e a transformaram em algo extremamente lucrativo. Com isso, o consumidor suporta o ônus da estabilização econômica enquanto alguns comerciantes, fomentando a cultura inflacionária, fazem do dinheiro a sua mercadoria - acentuou.

Citando declaração do presidente da Comissão de Bancos e Finanças da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oli-



Flaviano: ciranda financeira

veira, Flaviano Melo disse que nem à época da inflação elevada os comerciantes conseguiram ganhar tanto dinheiro fácil, já que

nas vendas a crédito têm obtido uma remuneração que alcança 380% ao ano. "Os dados são eloquentes. Neste final de ano, segundo pesquisa realizada em *shoppings* do Rio e de São Paulo, 83% dos consumidores fizeram compras a crédito", disse o senador, ao prever para este ano uma nova onda de inadimplência igual ou maior do que a ocorrida no ano passado.

Aprovada assistência gratuita na Justiça Federal

Projeto prevê que a isenção de pagamento de custas processuais para os que estão demandando contra a União poderá ser concedida desde que comprovada a insuficiência de recursos



Luiz Alberto

Luiz Alberto: estabilidade atrai investimentos

O senador Luiz Alberto (PTB-PR) disse ontem que a estabilidade financeira e a credibilidade alcançadas pelo país, depois da implantação do Plano Real, contribuem para que novos investimentos estrangeiros sejam feitos no país. Ele destacou o investimento de US\$ 1 bilhão que a Renault fará no Paraná, com a instalação de uma indústria montadora naquele estado.

Segundo o senador, com isso, serão criados mais de 2,8 mil empregos, além de outros 15 mil que serão oferecidos a partir de novas indústrias que serão atraídas pelo surgimento de um novo pólo produtor.

O senador Luiz Alberto disse ainda que o investimento representa um salto no desenvolvimento do Paraná e elogiou a capacidade do governador Jaime Lerner, que conseguiu vencer a concorrência, graças às excelentes condições de vida e aos bons serviços de telecomunicações, transporte e energia que a região oferece. O senador parabenizou o governador e demais autoridades do Paraná pelo novo empreendimento.

Os devedores da União que estão sendo acionados através da Justiça Federal de primeiro e segundo graus poderão receber isenção de pagamento de custas processuais desde que provem insuficiência de recursos, recorrendo à assistência judiciária gratuita. É o que estabelece projeto oriundo da Câmara dos Deputados aprovado na tarde de ontem pelo plenário do Senado, disciplinando os depósitos judiciais efetuados na Caixa Econômica Federal em favor do Tesouro Nacional.

A matéria teve parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que acolheu emenda apresen-



Ramez Tebet acolheu emenda e agora projeto volta à Câmara

tada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), determinando que os depósitos efetuados em dinheiro para esse fim observem as mesmas regras que a caderneta de poupança. A matéria volta à apreciação da Câmara.

Foram aprovados ainda três requerimentos de inclusão de matérias na Ordem do Dia e um de pedido de urgência, esse último, dispondo sobre operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios.

Amorim defende movimento contra privatização da Vale

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce é um absurdo que precisa ser contido a todo custo. A afirmação é do senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), que garantiu ser essa a opinião de "grande parte dos parlamentares e do povo brasileiro, que instintivamente abominam a idéia".

O senador conclamou os parlamentares a organizarem um movimento de resistência à venda da empresa, pois, segundo acredita, em vez de trazer benefícios, "o negócio poderá desarticular aquilo que hoje funciona bem no país e não contribuirá para que os objetivos previstos no Programa Nacional de Desestatização sejam alcançados".

Enumerando esses objetivos, Ernandes Amorim procurou demonstrar que a Vale do Rio Doce cumpre, como estatal, todos os fins que se buscam com a privatização:



Ernandes Amorim

já atua "com excelentes resultados" em setores estratégicos, promovendo o desenvolvimento nacional; é uma empresa lucrativa, "que gera anualmente US\$ 800 milhões de caixa e paga dividendos generosos ao seu acionista principal, a União"; tem investido intensamente e promovido constante modernização dos seus recursos.

Ernandes Amorim lamentou que, além de quererem vender a Vale do Rio Doce,

"querem vendê-la mal, vendê-la aos pedaços, anulando o efeito de sinergia que se dá entre suas partes componentes". A seu ver, um dos trunfos e razões do prestígio internacional da Vale está na sua capacidade de operar integradamente mina, ferrovia, porto e transporte transoceânico. "Por outro lado, privatizar a Vale intacta, inteira, dará ao comprador do conjunto um poder imenso, que não se coaduna com a soberania nacional", disse o senador.

Também a avaliação estimada do patrimônio da Vale foi contestado por Ernandes Amorim, já que "o consórcio formado para essa avaliação é liderado pelas duas empresas responsáveis pela auditoria dos bancos Nacional e Econômico, que, ao longo de dez anos, encobriram a fraude e o rombo de bilhões de dólares".

Tuma defende rigor contra criminosos

Senador pede urgência na tramitação de seu projeto que permite liberdade condicional somente depois do cumprimento de metade da pena em caso de crime com violência

Aprovados embaixadores para três países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou na manhã de ontem a escolha do diplomata Cláudio Luiz dos Santos Rocha para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Irã. Na mesma reunião, foi aprovada também a indicação de Francisco de Paula Almeida Nogueira Junqueira para o cargo de embaixador no México e, cumulativamente, em Belize. As mensagens presidenciais foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM), e dependem ainda de votação do plenário.

Deverão ser apreciados pela CRE na reunião da próxima semana dois projetos de decreto legislativo, ambos relatados pelo senador Bernardo Cabral. O primeiro, com parecer contrário do relator, dispõe sobre a aprovação do texto de convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; o segundo, com parecer favorável, trata do texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em maio de 1993, na Holanda.

A legislação penal brasileira precisa ser aprimorada para que, em nome da Justiça, a lei não continue de fato punindo as vítimas, "por garantir a impunidade dos ofensores", afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP), ao defender urgência na tramitação de projeto de sua autoria que permite a liberdade condicional aos que cometeram crime com violência contra a pessoa somente após cumprimento da metade da pena, e não após 1/3, como ocorre atualmente. No caso de reincidência, segundo o projeto, o criminoso só poderia reivindicar aquela liberdade após 2/3 de cumprimento da pena.



Romeu Tuma: contra privilégios

Tuma também quer pressa na apreciação de outro projeto de sua iniciativa, que inclui no Código Penal "a figura dolosa da prática de receptação". O objetivo, justificou o senador, é impedir a alimentação do crime organizado contra o patrimônio e para o contrabando, atacando

com rigor o lucro obtido com o produto do crime.

Para o senador, a cada vez que se objetiva eliminar os privilégios dos condenados logo são contrapostos os argumentos de que o sistema penitenciário não tem vagas suficientes e

caracteriza-se por incapacidade crônica de reeducar os apenados.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Onofre Quinan (PMDB-GO) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestaram seu apoio às propostas do senador paulista.

Júlio Campos propõe que cheque sem fundo seja tratado como ilícito civil

A emissão de cheques sem fundos, quando inexistir intenção de aplicar golpes para enganar as pessoas, caracterizará um ilícito civil, em vez de estelionato, se aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

O senador observa que o cheque assumiu na economia brasileira características de moeda e de instrumento de crédito e deve ser tratado como tal. A emissão de che-

ques desprovidos de fundos, a seu ver, raramente configura o recurso à fraude que caracteriza o estelionato e a medida viria eliminar da lei penal o que considera uma grande injustiça.

Júlio Campos explicou que, pelas regras atuais, devolvido o cheque, mobiliza-se o aparelho do Estado contra o faltoso, que acaba sendo processado duas vezes, uma na vara civil e outra na criminal. Mesmo quando quitado o débito, a ação penal, uma

vez iniciada, não se esgota, devendo prosseguir até a sentença final. Isso provoca um grande congestionamento das varas criminais e da polícia que, na sua opinião, não estão preparadas para enfrentar o crescente problema.

Para desafogar as varas criminais e os cartórios policiais que estão recebendo diariamente milhares de reclamações e de ações devido a cheques sem fundos, a solução imediata seria a revogação do inciso VI do parágrafo 2º do artigo 171 do Código Penal, defendeu Júlio Campos.



Júlio Campos

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador do Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraita F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.